

NOTÍCIAS CNTV



Boletim Eletrônico

Confederação Nacional dos Vigilantes - Brasília - DF 06/06/2014 - Edição 1054

Ataques a caixas eletrônicos sobem 20,7% na Bahia, aponta Sindicato dos Bancários



Desde o início do ano, o Sindicato dos Bancários da Bahia registrou 105 ataques a instituições financeiras em todo o estado. Em um mesmo dia, além do assalto ao carro-forte que abasteceria a agência do Banco do Brasil da Rua Silveira Martins, houve uma explosão de caixa eletrônico na cidade de Ribeira do Amparo, a 230 quilômetros da capital.

No ano passado, o mesmo período teve 87 ataques, 18 a menos do que este ano - aumento de 20,7% nos casos em 2014.

Do total de ataques entre 1º de janeiro e 4 de junho deste ano,

18 ocorrências foram registradas em Salvador e o bairro do Cabula tem o maior número de casos: três, sendo uma tentativa de assalto no dia 9 de janeiro, uma explosão de caixa eletrônico do Bradesco em 5 de março, além do caso de ontem. Para o presidente do Sindicato dos Bancários, Euclides Fagundes, é necessário reforçar a segurança. "A bandidagem não marca data para atacar, mas, geralmente nesse período de São João, no final de ano também, existem mais ataques", aponta. (Correio)

Fonte: Jornal da Mídia

Grupo rende vigilantes e viola caixa eletrônico dentro de Secretaria de Saúde na PB

Um grupo formado por quatro homens invadiu a Secretaria de Saúde da cidade de Santa Rita, na Grande João Pessoa, e violou um terminal eletrônico da Caixa Econômica Federal (CEF). Durante a ação criminosa, os bandidos fizeram os vigilantes de reféns. O crime ocorreu na madrugada desta quinta-feira (5). Este é o segundo caso, em poucos dias, de ação contra banco em Santa Rita.

De acordo com o major Joel Fernandes, do 7º Batalhão de Polícia Militar, os criminosos tiveram acesso ao prédio pela parte de trás e arrombaram a grade. Os vigilantes foram trancados em uma sala e amarrados.

As vítimas disseram que o grupo estava fortemente armado. Os assaltantes violaram um caixa eletrônico utilizado um dispositivo de informática. Os vigilantes informaram que os bandidos disseram que iriam levar apenas o dinheiro do governo.

Todo o dinheiro do terminal foi levado. Os assaltantes fugiram deixando o equipamento arrombado e os vigilantes amarrados. Policiais do 7º BPM foram acionados, mas ninguém foi preso. O local foi isolado para ser periciado pela Polícia Federal por se tratar em um banco federal.

Fonte: Portal Correio

Fim do 13º salário não é verdade. Notícia 'internética' é um spam

Esta notícia foi produzida pelo DIAP em 2010 às vésperas das eleições. Novamente o boato voltou a circular na internet. Desse modo o DIAP reafirma que a “notícia” é FALSA e esclarece os fatos. Leiam matéria que reproduzimos abaixo.



Mais uma vez volta a circular na internet uma “informação” que desinforma e desorganiza o debate no movimento sindical. Trata-se de mensagem eletrônica que diz que foi aprovado na Câmara dos Deputados o fim do 13º salário.

A notícia é falsa. Diante de várias consultas feitas à assessoria parlamentar do DIAP, decidimos veicular novamente esta informação para lançar luz às desinformações sobre o “fim do 13º salário” e outros direitos dos trabalhadores.

No final de março de 2006, a assessoria parlamentar do DIAP, informou por meio da agência de notícias do órgão, que a aprovação do fim do 13º pelo Congresso era e é falsa, reafirmamos.

A mensagem é veiculada em

períodos pré-eleitorais, a fim de desmoralizar o Congresso.

A proposição que mais se aproximava disso, o PL 5.483/01, enviado ao Congresso pelo ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, tinha por finalidade flexibilizar a CLT, mediante modificação no artigo 618, para permitir a prevalência do negociado sobre o legislado.

Ou seja, o projeto autorizava que a negociação coletiva pudesse reduzir ou eliminar direitos trabalhistas. Mas aquele projeto, que havia sido aprovado na Câmara e aguardava votação conclusiva no Senado, foi retirado de tramitação pelo Governo Luiz Inácio Lula da Silva logo no primeiro ano do primeiro mandato, portanto em 2003.

Resistência na Comissão de Trabalho

O projeto, elaborado na gestão do ex-ministro do Trabalho e Emprego, ex-deputado e atual senador Francisco Dornelles (PP-RJ), apesar da grande resistência do movimento sindical e da luta do então deputado e atual senador Paulo Paim (PT-RS), foi aprovado na Câmara e enviado para apreciação do Senado. Nesta Casa, a matéria ainda chegou a tramitar sob o número de PLC 134/01.

A resistência e combate ao projeto na Comissão de Trabalho da Câmara foram implacáveis; a ponto de a matéria não ser aprovada no colegiado. O que obrigou o presidente da Câmara à época, então deputado Aécio Neves (PSDB-MG), a avocar [chamar para si] o projeto para votação diretamente no plenário da Casa.

Entretanto, o presidente Lula, que havia assumido o compromisso de sustar a tramitação do projeto, enviou a Mensagem 78/03, pedindo o arquivamento do PLC 134. Assim, em sessão do dia 10 de abril de 2003, a mensagem foi lida e aprovada pelo plenário do Senado, sendo o projeto definitivamente arquivado.

O Senado Federal, por intermédio do Ofício 594, de 8/05/03, endereçado ao ministro de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República, encaminhou a Mensagem 60/03 (SF), ao Excelentíssimo Senhor presidente da República, participando sobre o arquivamento do Projeto de Lei da Câmara (PLC) 134. A “notícia”, portanto, é falsa!

Fonte: Diap

Cesta básica sobe e salário mínimo do Dieese deveria ser de R\$ 3.079,31



SALÁRIO MÍNIMO

O preço da cesta básica aumentou em 15 de 18 capitais pesquisadas no mês passado, informou o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese). A alta foi influenciada principalmente pelo tomate, café em pó, manteiga, óleo de soja e arroz.

Com base no custo apurado para a cesta básica de São Paulo, o Dieese

estima que o valor do salário mínimo deveria ser de R\$ 3.079,31, ou seja, 4,25 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 724.

Os maiores aumentos foram registrados em Fortaleza (5,42%) e Recife (4,90%). Houve queda de preço em Campo Grande (-2,05%), Florianópolis (-0,38%) e Brasília (-0,10%).

O maior valor para a cesta básica foi registrado na cidade de São Paulo (R\$ 366,54), com uma elevação de 2,43% em relação a abril. O segundo maior aumento para a cesta básica foi observado em Porto Alegre (R\$ 366,00), seguida por Vitória (R\$ 352,76). Os menores valores médios da cesta ocorreram em Aracaju (R\$ 241,72), João Pessoa (R\$ 272,35) e Salvador (R\$ 277,52).

Depois de uma trégua em abril, os preços do tomate voltaram a subir em maio. O preço do produto registrou queda apenas em Manaus

(-2,71%). Os aumentos foram de 33,33%, em Belo Horizonte, a 0,92%, em Florianópolis. Problemas de produtividade nas safras de inverno, devido a pragas, e o fato de a colheita de verão ter terminado antecipadamente, por causa da estiagem ocorrida no início do ano, comprometeram a oferta. A estiagem também afetou a produção e os preços do café.

No caso do arroz, o aumento de preço em plena época de colheita se deve à lentidão na negociação dos lotes, com produtores tentando negociar pelos maiores, segundo o relatório divulgado pelo Dieese. Já as indústrias precisam atender às necessidades do mercado e colocam o produto à venda com preços mais altos. Já a carne bovina, produto de maior peso na cesta básica, apresentou recuo em 11 capitais pesquisadas em maio.

Fonte: Valor Econômico

MP quer que Fifa assine carteira de trabalho de voluntários

O Ministério Público do Trabalho (MPT) no Rio de Janeiro entrou com uma ação na Justiça do Trabalho para obrigar a Fifa a contratar, com carteira de trabalho assinada, todos os 14 mil voluntários que vão atuar na organização dos jogos da Copa do Mundo.

Com a ação civil pública impetrada na 59ª Vara do Trabalho do Rio, o MPT quer suspender o trabalho voluntário no torneio e pede que o Comitê Olímpico Local (COL), vinculado à Fifa, pague R\$ 20 milhões de indenização por dano moral coletivo.

Segundo a procuradora do Trabalho, Carina Rodrigues Bicalho, a Fifa pretende atingir lucros “astronômicos” e isso impede que seja tomadora de trabalho voluntário. De acordo com a procuradora, o programa voluntário da Copa do Mundo não atende o previsto na Lei 9.608/1998, que regula o trabalho voluntário.

“Essa modalidade de prestação de trabalho somente é lícita se o tomador de serviços for entidade pública ou associação com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social,

inclusive mutualidade, e que essa associação não obtenha lucro a partir do trabalho prestado”, afirma a procuradora em sua ação.

Carina Bicalho afirma que o trabalho voluntário é sempre uma exceção. “É dessa forma - tendo o trabalho remunerado como regra - que o sistema de organização do trabalho se equilibra”, afirma. Na ação, o MPT afirma que os trabalhadores selecionados pela FIFA deverão ficar à disposição por pelo menos 20 dias, com jornada de trabalho de dez horas por dia.

Fonte: Terra

Expediente:

Boletim produzido pela assessoria de comunicação da CNTV
Presidente da CNTV: José Boaventura Santos
Secretário de Imprensa e Divulgação: Geraldo da Silva Cruz
Jornalista: Pricilla Beine
Projeto gráfico e Diagramação: Anibal Bispo



site: www.cntv.org.br
email: cntv@terra.com.br
Fone: (61) 3321-6143

SDS - Edifício Venâncio Junior, Térreo, lojas 09-11
CEP: 73300-000 Brasília-DF